



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª GRD/UEP - Unidade Regional de Estudos e Projetos

ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS



ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

A necessidade é demonstrada considerando que os serviços de pavimentação de vias facilitarão o trânsito de veículos e pessoas, com o escoamento adequado das águas pluviais, preservação do pavimento, conforto ao rolamento e segurança aos usuários, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores beneficiados pela ação, por consequência para o desenvolvimento do município.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

A pesquisa de preços foi realizada no SICRO e no SINAPI, por tratar-se de sistema de referência para elaboração de orçamento de infraestrutura, conforme Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. Além disso, foi utilizados os preços da ANP para a aquisição e transporte de materiais asfálticos, com base no Manual para Formação de Preço de Obras de Pavimentação da Codevasf estabelecida na CI nº 037/2023 do Gabinete da Presidência, visando atendimento à recomendação da Controladoria Geral da União – CGU. Ademais, ressalta-se que foram utilizadas as tabelas das fontes públicas mais atualizadas disponíveis na confecção do orçamento.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

O item, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, é a camada de revestimento asfáltico ou rígido, execução de base ou sub-base e execução de meio fio.

A exigência de atestado de capacidade técnica é obrigatória para a comprovação da qualificação técnica operacional das empresas concorrentes. Para reforçar a segurança e a transparência nesse processo, foram estabelecidos requisitos adicionais, como a apresentação de certidões de acervo técnico (CAT) do(s) profissional(is) responsável(is) à época expedida(s) pelo Crea ou CAU da região onde os serviços foram executados ou anotações de responsabilidade técnica (ART/RRT) do(s) profissional(is) responsável(is) à época expedida(s) pelo Crea ou CAU da região onde os serviços foram executados ou certidão de acervo técnico-operacional (CAO). Ao permitir a apresentação tanto da ART quanto da CAO, além da CAT, ampliamos a participação de mais licitantes no certame, assegurando a presença de empresas capacitadas e idôneas, o que contribui para a integridade nesta etapa seleção de empresas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª GRD/UEP - Unidade Regional de Estudos e Projetos

ITEM 01		
	SERVIÇO: Pavimentação asfáltica com CBUQ	QUANTIDADE
I	Construção de pavimento asfáltico	9.576,00 t
II	Execução de base ou sub-base	15.960,00 m³
III	Construção de meio-fio ou de dispositivo de drenagem	11.400,00 m

ITEM 02		
	SERVIÇO: Pavimentação asfáltica com CBUQ	QUANTIDADE
I	Construção de pavimento asfáltico	9.576,00 t
II	Execução de base ou sub-base	15.960,00 m³
III	Construção de meio-fio ou de dispositivo de drenagem	11.400,00 m

É permitido o somatório dos quantitativos estipulados acima mediante comprovação em mais de um atestado.

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento. Dessa forma, é solicitado que a licitante comprove a execução das quantidades dos serviços elencados no item 09 do TR.

Os quantitativos das parcelas de maior relevância e de valor significativo foram estabelecidos como sendo 30% da construção de pavimento e 15% para o serviço de construção de meio-fio ou dispositivo de drenagem. Tal percentual foi adotado com base no histórico recente de licitações de serviços de pavimentação nesta Superintendência, evitando assim a contratação de empresas inadequadas. Este valor está em consonância as recomendações do TCU, Súmula 263 e Acórdão 2924/2019 Plenário - Relator: Ministro Benjamin Zymler.

A exigência de atestado de capacidade técnica é obrigatória para a comprovação da qualificação técnica operacional das empresas concorrentes. Para reforçar a segurança e a transparência nesse processo, foram estabelecidos requisitos adicionais, como a apresentação de certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações de responsabilidade técnica (ART/RRT) ou certidão de acervo técnico-operacional (CAO). Ao permitir a apresentação tanto da ART quanto da CAO, além da CAT, ampliamos a participação de mais licitantes no certame, assegurando a presença de empresas capacitadas e idôneas, o que contribui para a integridade nesta etapa seleção de empresas.

Da necessidade da contratação:

A necessidade é demonstrada considerando que a pavimentação de vias facilitará o trânsito de veículos e pessoas, com o escoamento adequado das águas pluviais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores beneficiados pela ação, por consequência para o desenvolvimento do município.



Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

O art. 138 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf nos informa que o Sistema de Registro de Preços será regulamentado por Decreto do Poder Executivo Federal, sendo este o Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, o qual regulamentou o Sistema de Registro de Preços, revogando, assim, o Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013. De acordo com o art. 3º do Decreto vigente, o SRP poderá ser utilizado pela Administração, quando esta julgar pertinente, especialmente nos seguintes casos:

- I. Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III. Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV. Quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I. Existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
- II. Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Diante disto, enquadra-se no art. 3º, inciso I e V, relatados acima, bem como nos incisos I e II do parágrafo único do art. 3º do Decreto 11.462/23, considerando a existência do presente termo de referência e demais peças que o compõem e sendo o objeto do referido S.R.P. padronizado e sem complexidade técnica ou operacional, justifica-se o procedimento licitatório devido à conveniência administrativa e às características do serviço, que será realizado por demanda justificada do estado ou município, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão, havendo necessidade de contratações frequentes.

Serviço Comum de Engenharia:

Os serviços objeto deste Termo de Referência são serviços cujos padrões de desempenho e qualidade são definidos objetivamente e as especificações são usuais e de domínio amplo do mercado, uma vez que seguem normas técnicas consolidadas e amplamente padronizadas (a exemplo das normas do DNIT e da ABNT), sendo possível descrever com precisão os métodos, materiais, condições de execução e critérios de medição e pagamento, conforme disposto no Termo de Referência.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª GRD/UEP - Unidade Regional de Estudos e Projetos

Portanto, considerando o que dispõe o inciso VIII do art. 2 do RILC, bem como as definições da Lei 14.133/2021, os serviços objeto deste Termo de Referência podem ser considerados como serviços comuns de engenharia.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

A divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) não será admitida, tendo em vista que o presente objeto é de especificidade da Codevasf.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):

Sim – Será admitida a adesão apenas das Superintendências Regionais e da Sede da Codevasf, considerando que o objeto em questão é específico da Codevasf, com base nas orientações dos Acórdãos 1213/2021 e 1170/2022 do TCU e que esteja em consonância com as legislações aplicáveis, qual seja a Lei das Estatais, Lei 14.133/21, no que couber, Decreto 11.462/23 e RILC da Codevasf.

Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:

Não será permitida a prorrogação da Ata de Registro de Preço.

Divulgação do valor orçado:

Público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento:

Maior Desconto: Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço/obra não possui risco de ser afetada por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários:

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas, conforme demanda justificada.

Apesar do ótimo nível de detalhamento do projeto básico ou executivo, existem serviços que possuem certo grau de incerteza na definição dos quantitativos devido às suas características executivas, a exemplo de escavação de valas em areia e em rocha, reaterro de valas, momento de transporte de material para aquisição e para bota-fora.

Além disso, como se trata de obra de complementação e finalização de serviços já existentes, podem ocorrer alguns imprevistos não considerados na planilha orçamentária no momento da execução ou quando dos testes hidráulicos.



Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

Participação de Consórcios:

Não permitida. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de licitantes, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Participação de Cooperativa:

Não será permitida a participação de Cooperativas devido à natureza do serviço que será prestado, por ser incompatível com as características das cooperativas, uma vez que as tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação com a cooperativa, evitando-se a eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, na forma do Enunciado 331 do TST. Nesse sentido, foram reiteradas as decisões do Acórdão nº 1815/2003-Plenário e do Acórdão nº 307/2004 Plenário que culminaram com a publicação da Súmula nº 281 TCU.

Visita:

Não obrigatória. Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Faz-se necessária simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

Permissão para Subcontratação:

Sim: Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que não dizem respeito às atividades fim da contratada, conforme descrito no item 6.4 do TR, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste termo de referência.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato ou Instrumento Equivalente



Desapropriação:

Não aplicável. Os serviços serão executados em vias públicas estaduais e municipais, desta forma não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens ou parcelas:

Para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala:

Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas no Anteprojeto de Engenharia, e ainda em razão da especificidade de execução que compreende 205 municípios distintos e visando ampliar o caráter competitivo da licitação considerando que a divisibilidade do objeto da licitação é viável tecnicamente e economicamente sem perda de escala e, considerando, ainda, o cumprimento dos prazos estabelecidos para conclusão da execução da pavimentação asfáltica em CBUQ em cada Município, o objeto da licitação foi dividido em 2 (dois) itens, sendo os municípios das regiões norte e sul, conforme consta no anexo 11.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato. As condições e informações estão dispostas no item 15 do Termo de Referência.

Licença Ambiental:

Por tratar-se de SRP onde o local de execução é desconhecido no momento licitatório, o licenciamento ou a dispensa somente é obtido quando da elaboração do projeto executivo na fase contratual, quando se saberá com exatidão o local de execução e se é possível dar entrada no processo de licenciamento ambiental ou dispensa. O início da execução dos serviços de pavimentação será condicionado à obtenção da anuência ambiental, conforme legislação do órgão ambiental competente.

Índice do Reajustamento:

Os índices aqui utilizados refletem a variação efetiva dos preços dos insumos utilizados no custo deste objeto, conforme determina o Decreto n.º 1.054, de 1994.

Qualificação econômica financeira:

A CONTRATADA deverá COMPROVAR qualificação econômica financeira mediante os índices expostos no Art. 22. da IN 03/2018, tais valores deveram ser MAIOR do que 1 (um). Além dos índices, a contratada deverá comprovar ainda um patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação por item. Conforme previsto no anexo VII-A da IN 05/2017, que



expõe a possibilidade de adaptação dos critérios diante da especificidade do objeto. Estas exigências foram adotadas com base no histórico recente de licitações de serviços de pavimentação nesta Superintendência, evitando assim a contratação de empresas inadequadas.

Matriz de Risco:

Entende-se Matriz de Risco como sendo uma ferramenta de gerenciamento utilizada para identificar e determinar o tamanho de um risco e possibilitar as ações de impedimento ou controle. Sua utilização se faz necessário em obras e serviços de engenharia sempre que o objeto apresentar elevada complexidade ou riscos durante sua execução. Dessa forma, levando em consideração os riscos envolvidos ao longo da execução desse objeto, e não havendo impedimentos legais para aplicação deste instrumento, optamos pela sua utilização.

Diferença Mínima entre os Lances:

Conforme Art. 57 da Lei 14.133/2021, o edital poderá prever intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Sendo assim, para o presente caso, prevê-se percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) entre os lances, para cada item, em conformidade com o Termo de Referência padrão, devido a estes valores representarem valores confortáveis para as empresas reduzirem seus lances em relação ao último lance.

Além disso, considerando os valores vultuosos da contratação, a definição de um intervalo mínimo de 0,5% entre lances tem por objetivo estimular lances reais e efetivos, evitando a apresentação de lances irrelevantes que não alteram de forma significativa a competitividade e apenas retardam a disputa. Ademais, a definição de um intervalo muito elevado poderia restringir a competitividade e dificultar a disputa entre empresas que operam com margens apertadas.

Dessa forma, o intervalo de 0,5% se mostra proporcional, razoável e tecnicamente justificável, pois permite a competição legítima e evita o uso de lances simbólicos, que seriam desproporcionais considerando o valor total dos lotes.

Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do ramo poderão participar da presente licitação, estando pertinentes e compatíveis com o objeto da mesma, desde que atendam às exigências deste TR e seus anexos, porém, os benefícios das condições diferenciadas constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 não poderão ser aplicados à presente licitação, tendo em vista que os valores estimados dos itens ultrapassam o limite máximo de receita bruta anual para enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, conforme determina o artigo 4º da Lei 14.133/2021.

Adoção do Regime de Contratação Semi-Integrada:

A não adoção do regime de contratação semi-integrada justifica-se pela natureza da licitação, que será realizada na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP).



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª GRD/UEP - Unidade Regional de Estudos e Projetos

A contratação semi-integrada contempla somente a elaboração do projeto executivo pelo contratado, devendo o projeto básico constar do edital, com definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas;

A presente contratação não haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo elaborar o projeto executivo conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, com base na demanda/local do município.

A contratação semi-integrada versa sobre objeto de natureza complexa, sendo esta contratação para serviço comum de engenharia, ou seja, de baixa complexidade.

O serviço será executado de forma parcial e contínua, com produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão.

O modelo de SRP permite contratações frequentes, conforme a necessidade do contratante, sem a imposição de um escopo integral, o que é característico do regime semi-integrada.

Dessa forma, o SRP oferece maior flexibilidade e eficiência para atender às demandas variáveis, sendo mais adequado às características do serviço, que exige execução escalonada e adaptação contínua à demanda do ente federativo, alinhando-se à conveniência administrativa e à necessidade de contratações regulares e por unidades de medida preestabelecidas.